

MULHERES INTELECTUAIS E AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO SOSP EM MINAS GERAIS

Deolinda Armani Turci¹; <https://orcid.org/0000-0003-1820-2092>

Ana Maria Jacó-Vilela²; <https://orcid.org/0000-0002-0728-8700>

Resumo

Interessou-nos neste texto analisar as contribuições de mulheres intelectuais para as práticas psicológicas em Belo Horizonte, a partir da atuação delas no Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP) de Minas Gerais durante as décadas de 1950 a 1970. Pautamo-nos em estudos da história das mulheres e de gênero, utilizando a categoria de análise denominada mulheres intelectuais. Metodologicamente, analisamos documentos disponíveis em acervo da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/MG), no periódico Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, e entrevistas com ex-trabalhadoras do órgão. Os dados apontam que, no SOSP, o trabalho era desenvolvido majoritariamente por mulheres que colaboraram no desenvolvimento de técnicas e práticas psicológicas, que serviram de base para a formação delas e posterior atuação na docência no ensino superior em Belo Horizonte, capital mineira. Compreendemos que o estudo visibiliza mulheres intelectuais e colabora para a constituição do campo da História da Psicologia em Minas Gerais.

Palavras-chave: Mulheres; Intelectuais; História da Psicologia; Psicólogas; Minas Gerais.

Intellectual Women and Psychological Practices at SOSP in Minas Gerais

Abstract

This text is interested in analyzing the contributions made by intellectual women to the field of psychology in Belo Horizonte, using their work in the Orientation and Professional Selection Service (SOSP) of Minas Gerais during 1950 to 1970. The methodology includes an analysis of the documentation available at the State Education University of Minas Gerais (FaE/MG), along with the periodic Brazilian Archives of Psychotechnics and interviews with former employees of the service. The data shows that the work was mainly developed by women, contributing to their education and future careers in teaching in Belo Horizonte, capital of Minas Gerais. We understand that the study contributes to the formation of the field of Psychology History in Minas Gerais.

Keywords: Women; Intellectuals; History of Psychology; Psychologists; Minas Gerais.

Mujeres Intelectuales y Prácticas Psicológicas en la SOSP de Minas Gerais

Resumen

En este texto nos interesa analizar las contribuciones de las mujeres intelectuales a las prácticas psicológicas en Belo Horizonte, a partir de su actuación en el Servicio de Orientación y Selección Profesional (SOSP) de Minas Gerais entre 1950 y 1970. Basamos nuestro estudio en la historia de las mujeres y del género, utilizando la categoría de análisis denominada mujeres intelectuales. Metodológicamente, analizamos documentos disponibles en el acervo de la Facultad de Educación de la Universidad Estadual de Minas Gerais (FaE/MG), en la revista Arquivos brasileiros de Psicotécnica, y entrevistas con ex trabajadoras de la SOSP. Los datos muestran que la mayor parte del trabajo en la SOSP fue realizado por mujeres que colaboraron en el desarrollo de técnicas y prácticas psicológicas, que sirvieron de base para su formación y posterior enseñanza en la educación superior en Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Entendemos que el estudio visibiliza a las mujeres intelectuales y contribuye a la constitución del campo de la Historia de la Psicología en Minas Gerais.

Palabras clave: Mujeres; Intelectuales; Historia de la Psicología; Psicólogas; Minas Gerais.

1 Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Belo Horizonte - MG; deoarmani@gmail.com

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro - RJ; jacoana@gmail.com

Introdução

Silenciadas na historiografia, as produções, as trajetórias e as construções femininas necessitam destaque, sobretudo na constituição de campos científicos, pois, por muito tempo o acesso e a divulgação da produção científica das mulheres foi invisibilizada, uma vez que a ciência é um lugar de poder; como apontam Lino e Mayorga (2016), a desvantagem da mulher ao longo do tempo é significativa. Numa tentativa de desnaturalizar o lugar social da mulher, as autoras revelam que evidenciar a participação delas nas Ciências perpassa também a problematização do pertencimento da ciência moderna a uma cultura hegemônica, baseada em pilares como androcentrismo e sexism. A falta de reconhecimento ocorre em campos específicos do conhecimento também, como na Educação e na História Intelectual (Orlando, 2021), entre outros.

No caso da História da Psicologia brasileira, por exemplo, a visibilidade referente à atuação e à produção das mulheres não é significativa, mesmo que os dados revelem que a quantidade de profissionais inscritas no Conselho Federal de Psicologia (CFP) brasileiro em 2012 totalizou 89% de mulheres, percentual muito aproximado da pesquisa de 1988³ e de 2022⁴. Destaca-se ainda que, em uma busca realizada na plataforma *Scielo Brasil*, em meados de 2022, a partir das palavras ‘História’ e ‘Psicologia’, tivemos como resultado 591 ocorrências, dentre elas identificamos apenas nove artigos em que são mencionadas mulheres como protagonistas na História da Psicologia brasileira, sendo oito de cunho biográfico. O Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil (Campos, 2001) revela igualmente a discrepância, já que dos 200 intelectuais biografados apenas 54 são mulheres.

Fundamentada em estudos da história das mulheres e de gênero, numa compreensão de que o gênero como categoria de análise possibilita ressignificar o “tradicional” e potencializa uma releitura histórica, esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições de mulheres intelectuais para as práticas psicológicas em Belo Horizonte, a partir da atuação delas no Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP) de Minas Gerais durante as décadas de 1950

a 1970. Para isso, apoiamo-nos em obras tais como as de Scott (1990), Perrot (2005), Louro (2000, 2004), Jacó-Vilela *et al.* (2009), Falcone (2018), entre outras.

Em nossas produções, portanto, entendemos como Scott (1990, p. 86) que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Igualmente não podemos esquecer que a questão conceitual de gênero denota essas relações de poder historicamente enraizadas, sendo “(...) um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável.” (Louro, 2000, p. 40).

Além do aporte teórico-metodológico acima, trabalhamos neste texto com a categoria de análise “mulheres intelectuais” a partir da compreensão de Orlando (2020, 2021). Para a autora, é importante refletir sobre mulheres como intelectuais, considerando-as mediadoras e produtoras de cultura, bem como suas formas de intervenção política (Orlando, 2020).

Orlando (2021) assinala que o simples uso do termo intelectual já nos traz à memória a figura masculina em si, em uma lógica patriarcal, incluindo a gramatical em línguas latinas, que utilizam artigos masculinos para as palavras neutras, colaborando com o apagamento e o não reconhecimento de mulheres como intelectuais. Além disso, sinaliza que a cultura e a história reforçam, na maioria das vezes, apenas homens como construtores e intérpretes do país. É imperativo destacar a participação das mulheres no campo educacional; por exemplo, não só como professoras, mas principalmente como produtoras de conhecimentos, autoras de ideias e obras.

O SOSP foi um serviço estadual mineiro de Psicologia Aplicada, criado pela Lei n.º 482 de 11 de novembro de 1949 e instalado no Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG) juntamente com outros órgãos da Secretaria de Educação e Cultura do estado. O objetivo do serviço era o de “orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para a seleção de pessoal destinado à administração pública e organizações particulares” (Minas Gerais, 1949).

Denota-se que a criação do órgão fazia parte de um projeto maior de fomento, política e recuperação econômica em Minas, vinculado à expansão do ensino a serviço do desenvolvimento (Santos & Lucena, 2008) e que durante seu período de funcionamento foi significativo o número de mulheres que atuaram no órgão com práticas e técnicas psicológicas antes mesmo da

3 Conselho Federal de Psicologia. (1988). Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: Edicon.

4 Infográfico do Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/#sexo>

regulamentação da formação e profissão de Psicologia no país, sendo, portanto, um lócus importante de profissionalização dessas trabalhadoras nesse campo.

Para esta investigação, utilizamos como recursos metodológicos a pesquisa documental e entrevistas realizadas durante o ano de 2022. Os documentos consultados foram fontes primárias, relativas aos arquivos do SOSPP, disponíveis no acervo do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UFGM) em Belo Horizonte, além de relatórios do órgão disponíveis no periódico *Arquivos brasileiros de Psicotécnica*⁵.

Para as entrevistas, buscamos na *web* os nomes das mulheres com que nos deparamos nos documentos do acervo, sem muito sucesso; supomos que exatamente por sua pouca visibilidade. Com alguns poucos dados e através de uma ex-trabalhadora do órgão, localizamos e contatamos cinco ex-colaboradoras atuantes no SOSPP. Contudo, por motivos de saúde, indisponibilidade ou incompatibilidade de agenda, conseguimos realizar as entrevistas com apenas duas ex-trabalhadoras. Os resultados desta pesquisa são descritos e analisados a partir de uma apresentação sucinta da história das mulheres, sua escolarização e suas oportunidades de trabalho no Brasil do século XX.

Mulheres, trabalho e educação nos anos iniciais do século XX no Brasil

Nos anos finais do século XIX e no início do século XX no Brasil já era grande o número de mulheres que trabalhavam, principalmente em indústrias de fiação e tecelagem, quantidade muitas vezes maior que os homens, segundo Rago (2017). Além das tarefas nessas indústrias, muitas delas complementavam o orçamento como costureiras em suas residências. A autora aponta que, com o tempo, as mulheres foram progressivamente perdendo espaço para os homens nesses locais, entendidos “naturalmente” como masculinos, bem como eram muitos os obstáculos enfrentados por elas no campo dos negócios, tais como salários baixos, rotinas diárias exaustivas, desqualificação, hostilidade, assédio e intimidação física.

Crenças de que o trabalho da mulher atrapalharia a vida familiar associadas às narrativas do âmbito biológico e social, derivadas principalmente do campo médico e higienista, contribuíram para que a mulher

fosse responsabilizada pela vida sexual e reprodutora, acentuando-se o “amor materno” e reforçando o papel social de mãe e cuidadora. Assim, restava à mulher o cuidado dos filhos e da casa, na pretensão de uma prole saudável e numa concepção de família perfeita (Rago, 2017; Oliveira & Jacó-Vilela, 2017).

Desta forma, nas primeiras décadas do século XX, grande parte das mulheres se mantinha em atividades domésticas, em suas residências e/ou de terceiros, e no magistério primário, com participação em menor escala em atividades da indústria e no setor de serviços. Segundo o recenseamento de 1920, no Rio de Janeiro, capital brasileira, as mulheres compunham 81,20% de profissionais do magistério (Soihet, 1987). Esse contingente tinha características próprias; eram mulheres das camadas médias urbanas, já que a grande maioria das trabalhadoras do Brasil continuava em atividades desgastantes, com salários inferiores e menor qualificação, tanto na lavoura, na indústria, no comércio, quanto em atividades estigmatizadas, como as das empregadas domésticas, lavadeiras, doceiras etc. (Soihet, 1987; Rago, 2017).

A ênfase na educação para a construção de um país moderno, amparada também pelos discursos da época sobre a mulher, reforçava o magistério como atividade feminina, já que no imaginário social as funções da docência pressupunham habilidades denotadas à mulher, a saber: paciência, afetividade, cuidado, ordem, docilidade, dedicação, ensino, além do recato e da submissão (Louro, 2004; Chamon, 2006).

Para Perrot (2005), as profissões que eram entendidas como prolongamento das características “naturais” das mulheres também apresentavam limites. Exemplo disso era que tais atividades profissionais eram consideradas sempre como inferiores e a atividade doméstica como tarefa principal feminina. Outro limite se relacionava à condição matrimonial, o acesso ao trabalho assalariado e de menor valor para a sociedade.

A docência, por exemplo, era considerada como ocupação transitória, mal remunerada, que deveria ser exercida em período parcial e abandonada assim que se impusesse a função principal da mulher: de esposa e mãe. Em contrapartida, o homem era considerado o verdadeiro provedor da casa, e essa capacidade provedora era sinônimo de masculinidade. Assim, o casamento e a maternidade eram vistos como incompatíveis com a profissionalização feminina (Louro, 2004).

A ampliação de oferta de cursos normais no país também favoreceu a escolarização feminina para além

⁵ Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/issue/archive>

do ensino primário. Louro (2004) assinala que esses cursos se tornaram escolas de mulheres, com currículos, espaços, prédios, uniformes, tempos, normas, dentre outros, voltados para a sua transformação em professoras. O curso era muito valorizado em grande parte das cidades brasileiras e era a “meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender” (Louro, 2004, p. 471).

É importante mencionar que, apesar de haver um decreto imperial que facultava à mulher a matrícula em cursos superiores datado de 1881, vencer as barreiras para chegar até ele era bastante difícil, já que “(...) os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros, e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades” (Beltrão & Alves, 2009, p. 128). Foi o Decreto-lei nº 8195 de 20 de novembro de 1945 que oportunizou que as normalistas complementassem a formação em Faculdades de Filosofia. Além deste, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), promulgada em 1961, equiparou os cursos de nível médio (normal, clássico e científico), propiciando que as mulheres que tinham cursado o curso normal (até então um curso terminal) pudessem concorrer aos vestibulares para outras carreiras de ensino superior.

O movimento feminista e a divulgação de seu ideário em periódicos contribuíram para a construção de opiniões a favor do direito das mulheres e o direito ao voto conquistado em 1932. Segundo Beltrão & Alves (2009), além de resgatar a cidadania das mulheres, isto parece ter colaborado para aumentar as matrículas escolares e a própria escolarização delas, posto que somente pessoas alfabetizadas votavam e, cada vez mais, mulheres se interessavam pela carreira parlamentar.

No campo da educação brasileira, concepções acerca do escolanovismo implementadas em fins dos anos de 1920, pautadas em teorias pedagógicas e psicológicas que enfatizavam o desenvolvimento infantil e a centralidade na criança, aumentaram as exigências para a profissionalização de docentes e a constituição de uma nova categoria de professores especialistas em educação. Para Louro (2004), a especialização foi a possibilidade de ascensão e maior *status* profissional para as professoras, continuidade dada também no discurso do profissionalismo do ensino que perdurou nos anos de 1960/70 e que institucionalizou novas orientações e novos procedimentos, burocratizando o

ensino e relegando a segundo plano aquela concepção de magistério vinculado às funções maternas tão enfatizadas até meados do século XX.

Com novas oportunidades derivadas da LDB de 1961 e a oferta de cursos de licenciatura para atuação no ensino secundário, nas Faculdades de Filosofia, cada vez mais mulheres passaram a frequentar o ensino superior. Além disso, com mais ofertas, oportunidades e alunas no ensino secundário, a demanda por cursos superiores foi se ampliando a partir dos anos de 1940.

O Serviço de Orientação e Seleção Profissional de Minas Gerais (SOSP)

A prática do uso de testes e técnicas psicológicas já fazia parte de um movimento mundial de racionalização para o desenvolvimento industrial, desde os anos finais do século XIX, tendo sido direcionada também para racionalizar a prática educativa desde a década de 1920, tanto no Brasil quanto no mundo. Procedimentos e recursos científicos passaram a instrumentalizar a ideia de “homem certo no lugar certo”, a partir do uso e direcionamento “adequado” da inteligência e aptidões humanas, mensuradas pelos testes, no intuito de selecionar o melhor ou mais capaz para cada profissão, propiciando um ajuste entre o trabalhador e o trabalho, bem como para a orientação de crianças e jovens na escolha da profissão.

Castro, Castro, Josephson e Jacó-Vilela (2013) apontam que o interesse sobre as características de personalidade e de habilidades psicológicas ampliou-se após a Revolução de 1930 no Brasil, consequência de políticas governamentais interessadas em resolver problemas direcionadas ao trabalho e à criança.

Assim, a psicotécnica destacou-se como possível solução para o ajustamento do homem à profissão e aos problemas do trabalho. Martins (2014) indica que no Brasil dos anos de 1940 predominou o entendimento de que o Estado e o setor privado tivessem maior sensibilidade com a formação e com as potencialidades dos trabalhadores, o que desencadeou a criação de instituições voltadas para a formação profissional, tais como: “(...) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), de 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), de 1946; a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 1944; e o próprio ISOP, de 1947.” (Martins, 2014, p. 11).

O SOSPI fez parte deste movimento e, quando criado em 1949, esteve sob a direção de Emílio Mira y

López (1896-1964), psiquiatra e psicotécnico espanhol, que já conduzia o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas, fundado no Rio de Janeiro em 1947. Mira y López foi convidado pelo governo de Minas Gerais para a implantação e a supervisão do serviço no estado, com a incumbência de organizá-lo anexo ao Laboratório de Psicologia do IEMG. No primeiro ano de funcionamento até o ano seguinte, 1950, o SOSP contou com a chefia de Symcha Jerzy Schwarzstein (1916-?), indicado por Mira y Lopez e vindo do ISOP especificamente para a função, sendo substituído posteriormente por Pedro Parafita de Bessa (1923-2002), ocupante do cargo até 1969 e que, segundo Motta (2004), tinha “(...) sido o primeiro técnico contratado pelo SOSP, por indicação de Helena Antipoff, sua orientadora de pesquisa.” (p. 175).

Aos poucos, seguindo provavelmente o modelo do ISOP, o SOSP também passou a ser um órgão produtor e divulgador de técnicas psicológicas no estado. Contudo, era o único de procedência pública no país que ofertava atividades de orientação escolar, profissional e seleção de pessoal tanto para a administração pública quanto para instituições particulares mineiras.

Carvalho, Campos e Silva (2013) afirmam que as práticas psicométricas utilizadas no SOSP eram base para o psicodiagnóstico para fins clínicos no intuito de identificar forças e fragilidades psicológicas, com foco na existência ou não de psicopatologias. Os autores apontam também que o órgão passou gradativamente a desempenhar papel de consultor e especialista em educação, tendo participado de pesquisas e programas que ofereciam suporte a modificações curriculares, orientações de professores, demais especialistas em educação e para pais.

Profissionais e atividades no SOSP durante os anos de 1950-1970

Os relatórios anuais revelam que, em seu primeiro ano de funcionamento, o SOSP contou com a atuação de 13 profissionais (nove mulheres e quatro homens) para a execução de suas atividades, além de oito a dez estagiárias do Curso de Administração Escolar que passaram por lá durante os anos de 1949/1950 (Mira y Lopez, Schwarzstein, 1950). Com exceção das estagiárias, esses profissionais estavam lotados na Secretaria de Educação e Cultura do estado e se encontravam em exercício no SOSP. Chama a

nossa atenção o fato de que os cargos ocupados por homens fossem o de chefe do órgão (Symcha Jerzy Schwarzstein), indicado por Mira y Lopez, de dois assistentes técnicos (Daniel Antipoff e Pedro Parafita de Bessa) e o de médico (José Veiga Martins), função ocupada pelo mesmo profissional do IEMG na ocasião. As assistentes técnicas mulheres eram Naitres Maria de Resende, Hilda Santiago, Maria Augusta da Cunha, Maria Alves Pinto, Maria Célia Madeira de Castro, Marina Machado, Otília Braga Antipoff, Iolanda de Araujo Nobre, Irene Lustosa e Inimá Alves de Matos, sendo elas ex-alunas, professoras e/ou funcionárias oriundas da antiga Escola de Aperfeiçoamento, do Curso de Administração Escolar do IEMG e/ou de outras escolas estaduais mineiras.

As primeiras atividades do SOSP foram dirigidas à formação de seus assistentes técnicos, posto que, com exceção de Naitres Resende, que havia feito um curso de Formação Psicotécnica no ISOP, e de Pedro Bessa, que já trabalhava com algumas técnicas psicológicas, os demais colaboradores possuíam conhecimentos decorrentes de apenas uma disciplina de Psicologia Educacional ministrada no Curso de Administração Escolar do IEMG (Mira y Lopez, Schwarzstein, 1950).

Paralelamente à formação, muitas atividades foram desenvolvidas desde o primeiro ano de funcionamento, incluindo investigação sobre escolas profissionais e de formação para o trabalho para jovens; orientação profissional de alunos de escolas primárias estaduais e seleção profissional para diversos cursos, tais como para o curso de Administração Escolar, de Biblioteconomia, de Didática Pré-primária, de Formação de professores, de Investigadores da Escola de Polícia; também realizaram seleção de escriturários para o Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Além disto, o SOSP realizou uma pesquisa sobre os métodos de promoção em vigor nas escolas primárias do estado, em colaboração com funcionárias do Departamento de Educação da própria Secretaria de Educação do estado.

Com muitas atividades e poucos assistentes, as reuniões de estudo e de formação passaram a ocorrer em menor frequência a partir do segundo ano de existência do SOSP, sendo direcionadas às discussões de casos e leituras técnicas, ocorrendo, sempre que possível, semanalmente (Mira y Lopez, Schwarzstein, 1950). Os estudos foram favorecidos também pela organização de uma biblioteca especializada, composta

de títulos nacionais e internacionais, acervo produzido desde o primeiro ano de funcionamento e com frequência significativa na aquisição de obras.

O SOSP também era bastante procurado para estágios em práticas psicológicas, já que era um dos poucos espaços de atuação na área em Minas Gerais, tornando-se referência para tal, tanto entre as alunas de cursos vinculados ao IEMG, como o de Administração Escolar, por exemplo, assim como posteriormente, já na década de 1960, para estudantes dos últimos anos dos cursos de Psicologia. Nos documentos localizados no acervo, percebe-se que as mulheres eram unanimidade na ocupação dessas vagas. A seguir, apresentamos a formação, trajetória profissional e contribuições de algumas dessas mulheres atuantes no órgão.

Mulheres que atuaram no SOSP: formação e trajetórias profissionais

Foi possível perceber que a maioria das mulheres que atuaram no SOSP até a década de 1960, aproximadamente, eram oriundas do Ensino Normal e possuíam ligação anterior com atividades da docência, levando-nos a crer que essas funções devem ter sido entendidas como importantes para o exercício das atividades no órgão, como o trato com a criança, com o adolescente e os processos avaliativos escolares.

Maria Célia Madeiro de Castro, por exemplo, era normalista, ex-aluna e professora do Curso de Administração Escolar do IEMG quando foi convidada a atuar no órgão. Outra colaboradora, Suzana Ezequiel da Cunha, formou-se na Escola Normal da capital em 1938, concluiu o Curso de Administração Escolar em 1947 e a graduação em Pedagogia pela UFMG em 1953, além de ter sido professora desde 1942 nas classes anexas à Escola Normal da Capital. Maria José Esteves de Vasconcellos nos contou, em entrevista, ter concluído o curso normal em sua cidade natal, São João Del Rey, em 1959, indo morar em Belo Horizonte por aprovação em concurso para funções administrativas para a Companhia Agrícola de Minas Gerais em 1960, permanecendo nela até 1961, quando também foi aprovada em novo concurso para professora na Secretaria de Educação do estado. Sua destacada classificação lhe dava a opção de escolher onde gostaria de atuar no magistério, preferindo iniciar suas atividades na educação infantil do IEMG. Ana Maria Sarmento Seiller Poelman, também em entrevista, nos revelou ter concluído o curso normal pelo IEMG em 1959 e

que, após ser aprovada em concurso, passou a lecionar nas classes de demonstração do Grupo Escolar anexo ao IEMG.

A orientação educacional era uma prática em destaque nas escolas, principalmente após vários decretos da década de 1940, tal como o Decreto-lei n.º 4073/1942, que estabeleceram a sua obrigatoriedade em escolas secundárias, industriais, comerciais etc. Baptista (2011) ressalta que não havia nas escolas número suficiente de profissionais formados para a orientação. Desse modo, eram os serviços especializados existentes em algumas cidades, tais como o SOSP e o ISOP que faziam a orientação dos jovens.

O fato de o SOSP estar vinculado à Secretaria de Educação do estado e várias seções desta secretaria estarem localizadas no próprio IEMG, também pode ter desencadeado designações de professores para o órgão. Contudo, a formação dessas mulheres não estagnou. A docência no ensino superior e o aperfeiçoamento profissional constante também são marcas comuns entre as citadas. Recordando que o acesso ao ensino superior ainda não era tão fácil para as mulheres, percebemos que essas trabalhadoras do SOSP ingressaram em curso de graduação ainda nos anos de 1950 e começo dos anos de 1960, após a inserção delas no serviço.

Maria Célia, paralelamente a sua atuação no SOSP, por exemplo, concluiu a graduação em Pedagogia (1963) e doutorou-se em 1968 pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FaFiCH/UFMG). Por seus conhecimentos teóricos e práticos, foi convidada para lecionar na mesma faculdade em 1963, quando da criação do curso de Psicologia, passando a compor seu quadro de professores e nele permanecendo até se aposentar na instituição em 1991. Também foi docente no Instituto de Estudos Psicanalíticos, no qual fez formação, e psicóloga e diretora do Instituto Psico-pedagógico e Educacional Ltda., durante quase toda a década de 1970. Sua formação era vasta, obtida em cursos nacionais e internacionais no campo da psicanálise, psicodrama e psicopatologia infantil. Em seguida, tornou-se membro da Sociedade Mineira de Psicologia e fez parte do Plenário do Conselho Regional de Psicologia na gestão de 1977-1980.

Outro exemplo é Marina Machado Tavares, que tem seu nome em grande parte dos documentos do acervo do SOSP, no período de recorte temporal desta pesquisa. Mesmo localizando poucos dados pessoais dela, é possível saber que ela concluiu a graduação

em Pedagogia e que também iniciou a docência no curso de Psicologia da UFMG em 1964, atuando principalmente no setor de Psicologia do Trabalho do curso, permanecendo até 1991, quando se aposentou, falecendo no ano seguinte, em 1992.

Suzana Ezequiel foi professora de cursos de graduação em Pedagogia e Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (1961), na Universidade Católica de Minas Gerais (1961) e na Fundação Universidade de Minas Gerais (FUMEC) (1972). Fez carreira universitária na UFMG, inclusive como orientadora de mestrado; foi livre docente (1973) e professora titular (1987) por meio de concurso. Publicou vários artigos e livros na área da estatística, testes e psicometria. Na década de 1950, atuou no Gabinete de Psicotécnica do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais e, na década de 1970, desenvolveu atividades de pesquisa no Instituto Superior de Educação Rural (ISER), em Ibirité (MG).

Maria José Esteves foi aluna da primeira turma do curso de Psicologia da UFMG, de 1963 a 1967. Ela nos informou que, em 1962, já professora do Estado de Minas, foi convidada para atuar no SOSP, em desvio de função, exercendo na ocasião atividades de secretária datilógrafa. Nesse mesmo ano, foi regulamentada a profissão de psicólogo e os cursos de Psicologia no país, o que a fez resolver ser psicóloga. Já aluna da primeira turma da UFMG, conquistou a reclassificação funcional no SOSP como Auxiliar de Psicologia em 1965 e, assim, passou a atuar com aplicação e correção de testes psicológicos em processos de seleção e de orientação profissional. Terminada a graduação prestou novo concurso funcional na Secretaria de Educação do estado, sendo nomeada Psicóloga em 1969.

Na mesma universidade em que se formou, exerceu a docência no ensino superior no curso de Psicologia desde os anos de 1965, no qual também concluiu o mestrado em Psicologia em 1992. Tem formação em Psicologia Sistêmica, área na qual é reconhecida por ter lecionado em cursos de formação e produzido ampla bibliografia sobre o pensamento e a terapia sistêmica desde os anos de 1990 até a atualidade.

Ana Maria Sarmento iniciou a graduação em Psicologia em 1961, na então Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG). Foi docente no curso de Psicologia da PUCMG desde 1964 até se aposentar; atuou também como auxiliar de ensino no curso de Psicologia da UFMG nos anos de 1965

a 1968 e como docente no curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), de 1973 a 1980. Possui artigos publicados em periódicos sobre temáticas relacionadas à formação de psicólogos, a técnicas de exame e aconselhamento psicológico, a psicodiagnóstico e à avaliação psicométrica. Atualmente, é psicóloga clínica no Instituto Humanista de Psicoterapia.

Percebe-se, portanto, que as personagens mencionadas investiram nos estudos, formação e aperfeiçoamento profissional, em técnicas e teorias psicológicas, inscrevendo-se no campo da ciência psicológica. A seguir, apresentamos a atuação delas especificamente no SOSP, nosso interesse de pesquisa.

Atividades no SOSP

Algumas dessas mulheres chegaram ao SOSP em sua criação em 1949, como Maria Célia de Castro, que lá permaneceu até 1970, ou Marina Machado, exercendo atividades lá até 1975. Outras chegaram poucos anos depois do início das atividades do SOSP, como Suzana Ezequiel, atuante de 1954 a 1972. Maria José Esteves iniciou suas atividades lá em 1963, se desvinculando em 1975, e Ana Maria Sarmento permaneceu no órgão de 1962 até 1989, quando se aposentou pela Secretaria de Educação do estado. Quantitativamente, estiveram vinculadas ao SOSP em torno de, no mínimo, 10 a 27 anos de suas carreiras.

Os dados apontam que a maioria delas teve papel de destaque em sua atuação no órgão. Maria Célia, por exemplo, foi responsável em 1955 pela instalação, organização, coordenação e supervisão do Setor de Orientação Infanto-Juvenil, pela coordenação dos trabalhos de ludoterapia, bem como foi responsável por grupos de psicodrama para pré-adolescentes nos anos de 1970. Após a regulamentação da profissão e de prestar concurso para o cargo de psicólogo da Secretaria de Educação e Cultura do estado, em 1964, passou à função pública de Psicóloga III, continuando a atuar no SOSP.

Suzana Ezequiel da Cunha era assistente técnica no SOSP desde 1954; posteriormente, passou a Psicóloga III, permanecendo até aproximadamente 1972. Com grande conhecimento em Estatística, colaborava significativamente com os testes, em tarefas de correlação, validação e padronização e nos processos de seleção, motricidade e psicometria.

Maria José Esteves contou que desenvolveu suas atividades no setor de Orientação Grupal, preparando material de consulta para orientandos, realizando coleta, sistematização e atualização de informações sobre alternativas profissionais e cursos profissionalizantes. Além disso, participou da elaboração de um Curso de Informação Profissional, inovador no período. Em 1974, após experiências bem sucedidas, publicou, com duas colegas também do SOSP, o livro *Curso de Informação Profissional*.

Ana Maria nos disse ter sido convidada a atuar no SOSP em desvio de função, em 1962, e que permaneceu exercendo atividades no SOSP até 1989, quando se aposentou pela Secretaria de Educação do estado. No órgão, atuou no Setor de Seleção Profissional, no qual realizou inúmeras atividades, além da chefia do setor, sendo: organização de baterias de técnicas, aplicação e correção de testes, incluindo os projetivos; elaboração de tabelas e normas para análise dos dados; entrevistas, análise e síntese de resultados; elaboração de laudos psicológicos; até a chefia do setor. Avaliou ter adquirido no SOSP significativa experiência em técnicas projetivas, principalmente no teste de personalidade Rorschach, tendo sido bastante solicitada para sua aplicação e análise, até recentemente. Em 1965, após concurso funcional, passou de assistente técnica à psicóloga na carreira do estado.

Marina Machado Tavares lá chegou com a criação do órgão, contribuindo com as práticas psicológicas ali desenvolvidas. Atuou como chefe do Setor de Seleção Profissional e responsável pela organização de processos e laudos derivados de todas as seleções profissionais do SOSP. Passou a ser responsável também pela chefia geral do órgão desde o ano de 1969. Como as demais citadas, foi enquadrada em cargo de Psicóloga pela Secretaria de Educação do Estado em meados dos anos de 1960, durante os primeiros concursos do estado após a regulamentação da profissão no país.

Vale ressaltar que todas permaneceram estudando e pesquisando no campo psicológico por muitos anos após o desligamento do órgão. Nossas duas entrevistadas, Maria José Esteves e Ana Maria Sarmento, destacaram que os trabalhos pioneiros que desenvolviam no SOSP foram fundamentais para exercerem e definirem sua atuação profissional, em rotinas árduas, mas em ambiente agradável e de muita dedicação por parte de todas as colaboradoras. Desdobraram-se em processos seletivos volumosos com muitos candidatos e contavam com a colaboração de todas, que se uniam

para a aplicação e correção dos testes coletivos, atividades que em situações específicas incluíam viagens, feriados e finais de semana.

Foi-nos mencionado também que, nos primeiros meses de cada ano, a sobrecarga de trabalho era muito maior por causa dos prazos de entrega de resultados. O horário de funcionamento do SOSP ocorria em grande parte dos dias da semana em meio período, todas as tardes e período integral nas quartas-feiras. Em decorrência disso, podiam desenvolver paralelamente outras atividades profissionais e/ou pessoais, arcando com os afazeres da casa, o cuidado dos filhos, a docência em escolas e universidades, a direção de escolas, consultórios etc.

Essa dupla jornada de trabalho das mulheres e a conciliação de tarefas da profissão e da casa constituem arranjos sociais ainda existentes e assentam-se nas relações de gênero, em que os atributos domésticos são sempre apontados como tarefas de responsabilidade das mulheres, mesmo que elas ocupem outras atividades profissionais fora da casa, em âmbito público. Para Bassanezi (1997), as mulheres dos anos 1960 eram as principais responsáveis pela harmonia do lar, mesmo com toda atribulação que isso significava, reforçando a centralidade da família em suas vidas e dependência e laço delas com o casamento.

No caso do SOSP, mesmo atribuídas no âmbito privado e público, as intelectuais atuaram na expansão de serviços prestados em processos de orientação profissional e seleção de pessoal, estudaram, traduziram e adaptaram técnicas psicológicas para as populações brasileiras desde o final da década de 1940.

As fontes consultadas, documentais ou orais, reforçam que os estudos e as pesquisas foram constantes para o aperfeiçoamento, a apropriação de conhecimentos e a produção de artefatos promovidos principalmente pela urgência na atuação e nas práticas desenvolvidas por elas no SOSP, bem como na prestação de serviços à população.

As mulheres apontadas aqui são apenas alguns exemplos de intelectuais que iniciaram carreira ou prosseguiram atuando como psicólogas, em práticas, pesquisas e teorias psicológicas, como assistentes técnicas, estagiárias e, posteriormente, como psicólogas. Outras foram convidadas a exercer atividades em órgãos do governo federal e em outras localidades brasileiras, como Maria Augusta da Cunha, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais – CRPE, em 1956; Lyra Paixão, no Ministério de Educação e Cultura,

desde 1967, e Ana Lucia Queiroz e Oliveira, Maria Auxiliadora Vieira de Carvalho na Universidade de Brasília (1970).

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, foi possível perceber que o SOSPI, criado nos anos finais da década de 1940 e em funcionamento até os anos de 1990, em Belo Horizonte, durante os anos de 1950 a 1970 contou predominantemente com a atuação de mulheres no desenvolvimento de suas atividades. Mesmo que nos anos iniciais e periodicamente um ou outro homem atuasse ali, é possível afirmar, pelos documentos analisados, que a grande maioria das práticas era desenvolvida por mulheres. A atuação delas foi fundamental para a consolidação e para o reconhecimento do órgão na constituição do campo psicológico no estado, em cargos de suporte e/ou chefia e na organização dos processos.

Essas mulheres se inscreveram no campo científico, constituindo-se como psicólogas, saíram da cena domiciliar e passaram a atuar na cena pública, na prestação de serviços à população e a empresas, compartilhando técnicas e estudos da psicometria, do psicodiagnóstico, da avaliação, seleção e orientação de pessoas, ampliando-as, traduzindo-as e disseminando-as em cursos, livros, artigos e na docência dos primeiros cursos de Psicologia no estado.

Apropriaram-se de conhecimentos e foram mediadoras na difusão de conhecimentos e artefatos psicológicos derivados da área, podendo, assim, serem chamadas de intelectuais, como sugerido por Orlando (2020; 2021). Tal nomeação confirma também o pionerismo delas no emprego de técnicas e testes específicos, da estatística aplicada, da informação profissional, da avaliação psicológica e de teorias psicológicas específicas no estado de Minas Gerais, desde os anos finais da década de 1940, importantes para a consolidação e da regulamentação da profissão na década de 1960.

Entendemos que recuperar a vivência e a presença feminina na constituição do campo psicológico é imprescindível para não nos esquecermos do papel delas na construção do conhecimento científico e da intelectualidade do campo. Assim, entendemos que a pesquisa contribui para a área por inserir as mulheres aqui retratadas na narrativa histórica, auxiliando na construção da História da Psicologia mineira.

Referências

- Baptista, M. T. D. S. (2011). Serviços de Orientação Educacional. Em Jacó-Vilela, A. M. (org.), *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil* (pp. 402-404). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Bassanezi, C. (1997). Mulheres dos anos dourados. Em Del Priore, M. (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 607-639). São Paulo: Editora Contexto.
- Beltrão, K. I. & Alves, J. E. D. (2009). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 125-156.
- Brasil. Ministério da Educação e Saúde (1942). *Decreto - Lei nº 4073, de 09 fevereiro de 1942*, Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União.
- Campos, R. H. de F. C. (Org.). (2001). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Carvalho, M. G. de, Campos, R. C. P. R. de, & Silva, N. L. R. da. (2013). Análise da queixa escolar na década de 1950, em Belo Horizonte – MG: o discurso dos pioneiros do SOSPI. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 25, 12-37. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6532>
- Castro, A. de C, Castro, A. G., Josephson, S. C., Jacó-Vilela, A. M. (2013). Medir, classificar e diferenciar. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (3^a ed., pp.265-290). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Chamon, M. (2006). Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais [Resumo]. Em Rede de Estudos sobre Trabalho Docente (Org.), *Resumos de comunicações científicas, VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Falcone, R. (2018). Género y enfoque histórico-social: Las mujeres en el tiempo. *Estudios e Pesquisas em Psicologia*, 18(spe), 1323-1347. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400016&lng=pt&tlng=es
- Jacó-Vilela, A. et al. (2009). Mulher, Educação e Psicologia [Resumo]. Em Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), Resumos de comunicações científicas, *Anais do XV ENABRAPSO* (p.1). Maceió: Faculdade Integrada Tiradentes.

- Lino, T. R., Mayorga, C. (2016). As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. *Sau. & Transf. Soc.*, 7(3), 96-107. Recuperado de <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4239/4651>
- Louro, G. L. (Org.). (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Louro, G. L. (2004). Mulheres na sala de aula. Em Priore, M. del (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 443-481). São Paulo: Editora Contexto.
- Martins, H. V. (2014). Uma história da psicologia em revista: retomando Mira y López. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, 66 (3), 5-19. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300002&lng=pt&nrm=iso
- Minas Gerais. Secretaria da Educação (1949). *Lei Ordinária nº 482, de 11 de novembro de 1949*. Cria, no Instituto de Educação, o Serviço de Orientação e Seleção Profissional. Minas Gerais: Diário Oficial de Minas Gerais.
- Mira y Lopez, E. Schwarzstein, S. J. (1950). Relatório do primeiro ano de atividade do serviço de orientação e seleção profissional do Instituto de Educação de Belo Horizonte. *Arq. Bras. Psicol.*, Rio de Janeiro, 2(3), 47-58.
- Motta, J. M. C. (2004). *Fragmentos da História e da memória da Psicologia no mundo do trabalho no Brasil: relações entre a industrialização e a Psicologia* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- Oliveira, L. S. Jacó-Vilela, A. M. (2017). A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 241-251. Recuperado de <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v19-n3-oliveira-jaco>
- Orlando, E. de A. (2020). Mulheres Intelectuais, cultura e educação no Brasil: notas de apresentação de um tema. *Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*, 2(3), 3-9. Recuperado de <https://revistas.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/11575>
- Orlando, E. de A. (2021). Mulheres Intelectuais: onde elas estão em nossa História? Em *Intelectuais e Educação: contribuições teóricas à História da Educação*. Porto Alegre: Editora FI.
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da História*. Caxias do Sul: EDUSC.
- Rago, M. (2017). Trabalho feminino e sexualidade. Em PRIORE, M. del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. (10ª ed., pp. 578-606.). São Paulo: Editora Contexto.
- Santos, J. M. dos. Lucena, C. A. (2008). Educação para a indústria: a FIEMG, a formação humana e o nacional desenvolvimentismo (1951-1960) [Resumo]. Em Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (Org.), GT09, Resumos de comunicações científicas, 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu: ANPED.
- Scott, J. W. (1990). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Soihet, R. (1987). *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense universitária.

Recebido em 18/04/2024
Aceito em 15/02/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.